

Saúde, usufruto da vida

O NOVO Governo receberá um Estado do Rio de Janeiro em que a saúde pública chegou a uma situação-limite, qualificada de dramática e desesperadora pelo Presidente do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro e ex-Presidente (1984-1986) do Conselho Regional de Medicina do Estado (Cremerj), Crescêncio Antunes da Silveira Neto, em entrevista ao GLOBO há alguns dias.

SITUAÇÃO tanto mais descada e intolerável quanto, no testemunho de uma outra voz abalizada, a do Presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Sérgio Arouca, aqui convivem o que há de mais moderno e o que há de mais miserável, por exemplo, a implantação de um avançado polo de Biotecnologia e a precariedade da assistência ao parto e aos primeiros dias de vida, uma das principais causas da mortalidade infantil.

E NÃO há exagero ou força de expressão nos qualificativos dados ao quadro de deterioração, quando as provas de cada afirmação são irrecusáveis. Quando Crescêncio Antunes diz que o nível na rede hospitalar do Estado, nos quatro anos do Governo que se encerra, caiu em 80 por cento, basta conferir o que se passa com as instalações amplas e modernas do Hospital Alberto

Schweitzer, aberto para atendimento a um milhão de pessoas na Zona Oeste da Cidade e Baixada Fluminense — 12 andares a acumular poeira, praticamente ao abandono; ou o que ocorre no Hospital Getúlio Vargas, sem medicação básica de sedação e levando sofridos pacientes ao desespero; e, por falta de colchões, lençóis e roupas, humilhando-os, como se estivessem confinados a uma colônia de nudismo. O próprio Hospital dos Servidores do Estado, o laserj, tem metade de suas salas de cirurgia fora de funcionamento, enquanto a fila de espera para esse tipo de atendimento vai a 1.200 pacientes.

SE O ESTADO não difere, nesse particular, do resto do País, como concordam Crescêncio Antunes e Sérgio Arouca, tanto mais haverá que se indagar das causas e razões, já que este Estado conta com quase tudo para se tornar modelo e líder de um sistema integrado de saúde pública.

SURGE, então, um primeiro dado, grave, porque denuncia uma "negligência institucional", na raiz de muitas ocorrências passadas ao público como de negligência médica: a redução da participação da Secretaria Estadual de Saúde no orçamento do Estado — em 3 ou 4 por cento, outrora, ela caiu para 2,3 por cento.

OUTRO DADO é a gritante falta de articulação entre as administrações federal, estadual e municipal: desarticulação por carência de espírito público e descaso com o interesse social, de uma política estadual dirigida apenas por motivações imediatistas e no mais primitivo estilo personalista.

NADA SERIA preciso acrescentar, para se chegar aonde chegamos, ao quadro degradante da saúde pública no Estado: somando-se os efeitos do estrangulamento operado sobre o orçamento do Estado com os da arrogância em não querer somar recursos e esforços com a administração federal, especialmente na área médico-assistencial da Previdência, só poderia dar no que aí está.

NA HORA de se redefinir por completo essa política, de se montar um novo sistema, simultaneamente descentralizado (através da municipalização dos serviços) e integrado solidamente, para ser garantido de assistência técnica e financeira, é bom lembrar quanto tal política foi lesiva. Lesiva ao próprio direito fundamental à vida, de vez que a saúde não é mais que o legítimo usufruto da vida; e a saúde pública, a universalização daquele direito e deste usufruto.